

O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO: uma facilitação nas relações entre países que falam a língua portuguesa

Luiz Carlos dos Santos

Pode parecer estranho, em princípio, escrever sobre algo que não esteja diretamente ligado à formação acadêmica, todavia, enquanto professor das disciplinas “Metodologia da Pesquisa Científica” e “Orientação do Desenvolvimento de Pesquisa”, integrantes de Programas de Pós-Graduação (*lato e stricto sensu*), talvez fique justificada a razão deste texto.

Tentando, ainda, justificar tal iniciativa, entende o autor deste “texto de opinião” que a produção de uma pesquisa abrange - domínio da epistemologia do conteúdo sob investigação, pleno saber epistemológico da metodologia, conhecimento profundo das regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e uma razoável base dos estilos da língua culta. Afinal, depois de desenvolvido o estudo este deverá tomar a forma de “Relatório Técnico-Científico”.

Acresça-se, ainda, o interesse pela temática, a partir da consistente fundamentação da língua portuguesa repassada pela colega, amiga e “sempre revisora” - professora Ednalva Maria Marinho dos Santos - Licenciada em Letras, Mestre em Educação, a qual, com excepcional experiência em revisão de textos oriundos de investigação científica - como se fora o “anjo da guarda” do autor deste escrito dá sua colaboração no campo da linguagem quando solicitada.

De acordo com o novo acordo ortográfico, que objetiva facilitar as relações entre países que falam a Língua Portuguesa (Brasil, Portugal, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Timor Leste), foram processadas algumas alterações e a manutenção da atual forma de grafia em determinadas situações, isso desde janeiro do ano em curso. Reafirme-se que o objetivo da reforma em tela foi o de simplificar a grafia e unificar as regras. Frise-se, também, que a mudança visou facilitar as relações entre os mencionados países, uma vez que, embora falem a mesma língua, não escrevem da mesma maneira.

Cabe ressaltar, porém, que o Brasil foi o primeiro a ratificar o acordo, em 2007. Os portugueses foram os que mais apresentaram resistência à reforma, justamente o país que deve ter mudanças mais significativas. Portugal só ratificou o acordo em maio de 2008.

Essa é a terceira reforma ortográfica no Brasil, a segunda em Portugal e, mais do que tentar unificar as regras, a reforma apresenta um forte cunho político. Diferentemente das

outras reformas impostas por Portugal desta vez, o Brasil deixa de ser tratado como colônia e, na sua condição política, ditou grande parte das regras ora em vigor.

Assente-se que, no Brasil, o Ministério da Educação (MEC) começou a preparar as mudanças nos livros didáticos desde 2007, pretendendo, até o fim de 2009, que todos os livros publicados atendam às novas regras gramaticais.

Tem-se a considerar que, mesmo estando em vigor desde janeiro de 2009, a antiga grafia e a nova podem conviver até alcançar 2012. Ambas valem para o Acesso ao Ensino Superior e para Concurso e/ou Seleção Públicos.

Saliente-se que os portugueses terão seis anos para adaptarem a nova reforma. Já os brasileiros, somente quatro. Talvez por isso, apesar do prazo ser até 2012, muitos estudantes estão preocupados com a implantação da nova reforma e as dúvidas são frequentes. Entre todas as mudanças, o uso de hífen e as regras de acentuação dos ditongos são as que causam maior dificuldade.

As mudanças e/ou a manutenção das formas escritas podem ser observadas a seguir:

a) Elimina-se o acento nos ditongos abertos éi e ói em palavras paroxítonas. Exemplo: assembleia, asteroide, boia, colmeia, estreia, joia, paranoia, plateia. Nas palavras paroxítonas ainda cai o acento no "i" e no "u" quando aparecerem após ditongos. Citam-se: bocaiuva, feiura, raina.

b) letras repetidas não têm mais circunflexo. O hiato "oo" deixa de receber acento nas palavras paroxítonas. Dentre eles, elencam-se abençoó, perdoó, voó, voos etc. O hiato "eem" da terceira pessoa do plural do presente do indicativo ou subjuntivo dos verbos dar, crer, ler, ver (e seus derivados) não será mais acentuado. Exemplo: creem, deem, leem, veem.

c) Fim do trema. O acento é totalmente eliminado. Assim, a palavra freqüente passa a ser escrita "frequente". Somente nomes estrangeiros, a exemplo de Müller, manterão o trema.

d) Cai o acento diferencial. Aquele acento que diferenciava palavras idênticas de significados diferentes acaba. As palavras a seguir passam a ser escritas sem acento - pára (verbo) e para (preposição); pélo (verbo), pelo (preposição); péla (verbo) e pela (preposição). O acento diferencial permanecerá, contudo, nos seguintes casos: pode (como presente do indicativo) e pôde (no pretérito); por (preposição) e pôr (verbo).

A terceira pessoa do plural dos verbos ter e vir permanece com acento, assim como suas variações. Exemplo - eles têm, eles intervêm.

e) Hífen. Sai a maioria dos hífen em palavras compostas. Assim, pára-quedas vira paraquedas. Quando a palavra seguinte começar pelas consoantes "r" e "s", a letra será duplicada. Portanto, contra-regra vira contrarregra.

Será mantido o hífen em palavras compostas cuja segunda palavra começa com "h" como pré-história e super-homem.

Em substantivos compostos cuja última letra da primeira palavra e a primeira letra da segunda palavra for a mesma, será feita a introdução do hífen. Assim, microondas vira microondas.

As palavras que têm os prefixos ex, sem, além, aquém, recém, pós, pré, e pró ficam com o hífen. Desta forma, será escrito como antes: ex-presidente, sem-terra, recém-nascido e pós-graduação.

De igual modo, as palavras com os sufixos de origem tupi-guarani: aço, guaçu e mirim. Quem escrevia jacaré-açu vai continuar escrevendo jacaré-açu.

f) Inclusão de Letras. As letras antes suprimidas do alfabeto português (k, y e w) voltam, mas só valem para manter as grafias de palavras estrangeiras.

g) Dupla Acentuação. Há algumas diferenças de acentuação entre o Brasil e Portugal, principalmente quando se fala do acento circunflexo e agudo. Assim, os brasileiros escrevem econômico e os portugueses, económico. Essa diferença foi mantida.

De acordo com Wankler (2009), aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) milhões de pessoas no mundo falam português. O Brasil responde por cerca de 80% (oitenta por cento) desse total.

Espera-se que este texto possa alcançar o objetivo assentado no seu início, reafirmando-se, todavia, que a matéria não é do domínio pleno do autor, em função do mesmo não ser detentor do título de licenciado ou bacharel em Letras.